

Os professores da PUC-SP, reunidos no último dia 20/9, levantaram uma série de críticas ao texto da Comissão do Consun que estabelece um novo modelo de contrato de trabalho. Os docentes relataram as reuniões preliminares que algumas unidades fizeram e encaminharam para as reuniões finais de suas faculdades (veja matéria na página 3).

A professora Priscilla Cornalbas, da Faculdade de Educação, relatou o Conselho Departamental aberto que aconteceu na semana anterior em sua unidade, e que aprovou o encaminhamento de um documento que decidiu não aceitar a proposta em razão de contrariar o princípio de contrato por tempo. Para os docentes daquela unidade, o documento nega os seus princípios ao separar a extensão e as horas administrativas do conjunto das atividades docentes.

Na mesma linha, o curso de Serviço Social rejeitou a proposta, julgando-a como um retrocesso que fere as conquistas trabalhistas e aprofunda a maximização. Ao definir que o professor pesquisador tem que ter 30 horas, no mínimo, cria-se a

REUNIDOS EM ASSEMBLEIA, PROFESSORES
 QUESTIONAM TEXTO DA COMISSÃO DO CONSUN

QUE CONTRATO É ESSE?

possibilidade de uma luta interna em cada departamento para escolha de aula que, no limite, pode conduzir a demissões.

Já o professor Aquilas Mendes relatou as primeiras reuniões do departamento

de Economia, que apresentaram a necessidade de se estender o tempo para melhor discutir a proposta. Em princípio, porém, os docentes acharam pouco provável que todos os professores tenham acesso à pesquisa.

A professora Matilde Melo, do departamento de Sociologia, relatou a falta de consenso em seu departamento, mas que foram consideradas principalmente as questões levantadas pelo texto da APROPUC. O departamento redigirá um documento relatando as diversas posições levantadas.

Na Faficla, os departamentos de Jornalismo e de Inglês levantaram críticas semelhantes quanto a persistência, e até aprofundamento da maximização na proposta, bem como o entendimento equivocado do que seja pesquisa.

As posições tiradas em cada faculdade deveriam ser encaminhadas à Comissão até o dia 23/9, para que fosse redigida uma proposta definitiva. Porém várias unidades relataram a dificuldade de realizar suas análises em um espaço tão curto de tempo. Assim várias reuniões e entregas de documentos acontecerão nesta semana, o que pode atrasar o calendário estabelecido pelo Consun.

A APROPUC realiza mais uma reunião geral nesta quarta-feira, 28/9, às 17h30, em sua sede, para aprofundar a discussão.

VEJA NESTA EDIÇÃO

**COMUNIDADE
 DISCUTE O
 FECHAMENTO
 DA PUC-SP**

Págs. 6 a 8



Contra o fechamento dos portões da universidade, no último dia 16/9, estudantes protestam em frente a reitoria

**REUNIÃO GERAL
 DOS PROFESSORES**

Contrato de Trabalho

**28/9 às 17h30
 Sede da APROPUC**

EDITORIAL

Por que Israel não admite o Estado Palestino?

A Autoridade Palestina foi duramente pressionada pelos Estados Unidos a não apresentar no Conselho de Segurança da ONU a resolução de reconhecimento do Estado palestino. Os Estados Unidos prometeram votar. Caso isso ocorra, Mahmoud Abbas recorrerá à Assembleia Geral. Por meio desta, é possível admitir a Palestina sem oficializar o reconhecimento. Mas se verificou que dos 193 votos a Autoridade contava apenas com 122. Os Estados Unidos constrangeram até mesmo países de maioria muçumana, como a Bósnia, a não completarem os 129 votos necessários. Embora a maioria dos países esteja pelo direito ao Estado palestino - 122 dos 193 -, a vitória não está garantida. A França divulgou uma proposta, cuja finalidade era a de convencer Abbas a aceitar o adiamento da apresentação da resolução no Conselho de Segurança, servindo, assim, aos propósitos de Israel e dos Estados Unidos. A pergunta que se faz é por que os Estados Unidos e Israel não admitem a posição tão conciliadora da Autoridade Palestina.

Em 1947, a ONU controlada pelas potências decidiu institucionalizar a criação de dois Estados. Apenas o de Israel se impôs, evidentemente com o poder das armas, dos recursos externos e com a garantia do imperialismo.

Na guerra de 1947 e 48 com países árabes contrários à criação do Estado sionista, a burguesia judia fez uma investida contra o território alheio. Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, os sionistas avançaram ainda mais. Na Guerra de 1973, Israel venceu e manteve as fronteiras expandidas. Em 1977, o primeiro-ministro Menahem Begin, chefe do Partido Likud, lançou a ofensiva de colonização judaica no território

conquistado em 1967. Tratava-se de consolidar a anexação e reduzir as fronteiras.

Nesse processo, agravou-se o problema dos refugiados e o conflito da OLP com o Estado sionista. Em 1982, o Líbano foi invadido pelas Forças Armadas israelenses, com o propósito de liquidar a resistência da OLP. A milícia cristã libanesa, aliada de Israel, invadiu o campo de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, promovendo uma chacina.

O acordo de Camp David, concebido em 1978, fracassou em 2000: Israel não aceitou a volta dos 3,9 milhões de palestinos e o recuo na colonização da parte ocupada da Cisjordânia e Gaza. Finalmente, fracassou o plano de George W. Bush - Mapa da Estrada (2003). Intensificaram os choques entre a população palestina e os ocupantes. O Hamas recrudesciu a resistência. O ataque militar de Israel na Faixa de Gaza matou 400 palestinos. O governo sionista avançou a segregação territorial e proliferou os assentamentos judaicos.

Nessa breve descrição, pode-se observar: 1) O Estado de Israel obrigatoriamente tem de se expandir para se impor; 2) Não pode admitir um Estado palestino soberano, que abra as portas para a volta dos refugiados e recupere as fronteiras arbitrariamente impostas pelo imperialismo em 1947/48; 3) A real solução é constituir um único Estado na Palestina, em que a população judia e árabe supere as divisões estabelecidas pela burguesia; 4) Os meios de produção devem ser coletivizados e a sociedade se organizar sobre bases socialistas.

É dever dos trabalhadores e da juventude combater a opressão sionista e imperialista sobre o povo palestino.

Diretoria da APROPUC

Rede recebe novas denúncias de militantes ameaçados

As manifestações de militantes ameaçados não param de chegar à Rede de Proteção a Militantes dos Direitos Humanos. Durante a reunião do dia 21/9, realizada na sede da APROPUC, foram feitos relatos de vários militantes que estão sendo ameaçados de morte por resistirem aos interesses do grande capital.

O militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Júlio, sofreu um novo atentado em Manaus, ao entrarem em sua residência disparando tiros contra ele. O militante, felizmente, conseguiu fugir, mas essa não é a primeira vez que ele escapa de uma tentativa de assassinato. Recentemente ele passou meses internados após ser envenenado.

Outros dois militantes do MTST, Edson (DF) e Lacerda (MG), também estão sendo ameaçados cotidianamente. Edson teve, inclusive, que deixar sua residência após ter sido alvejado por 23 tiros.

Márcia Honorato, que durante o ato do dia 8/8 no TUCA fez o relato das ameaças e atentados que sofreu, foi alvo de um novo atentado, no dia 12/9, quando um automó-

vel, com as mesmas características anteriores, tentou atropelá-la pela segunda vez no centro do Rio de Janeiro.

ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Além das novas denúncias, as entidades presentes durante a reunião também debateram a necessidade de enraizar a Rede de Proteção, criando núcleos em diversas cidades. Dessa forma fica mais fácil deslocar e realocar os militantes ameaçados.

Também foi aprovada a realização de um almoço no Ecla (Espaço Cultural Latino Americana) - Rua Abolição, 244, Bixiga - como forma de arrecadar dinheiro para os ameaçados. O evento acontecerá no dia 23/10, e os convites deverão custar R\$ 20,00.

Ainda durante a reunião, foi apresentada a primeira versão do vídeo de 15 minutos sobre o ato do dia 8/8. Os presentes fizeram algumas observações e, em breve, estará circulando pela internet.

Estiveram presentes ao encontro as entidades: Luta popular, APROPUC, UNEafro, CASS, Tribunal Popular e Enesso.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Faculdades marcam posição sobre proposta de novo contrato docente

Várias reuniões de Conselhos Departamentais ou abertas a todos os professores aconteceram na semana passada, e ainda ocorrerão nos próximos dias, para tentar definir uma posição geral dos docentes sobre a proposta de contrato de trabalho da Comissão do Consun. Veja abaixo alguns encaminhamentos dessas unidades.

FACULDADE DE FILOSOFIA, COM. LETRAS E ARTES

O Conselho Departamental da unidade reuniu-se e definiu, como decisão principal, que seria impossível discutir-se uma proposta de tal magnitude em tão pouco tempo. Portanto pediram que o Consun considere a possibilidade de adiamento do cronograma, mesmo que isto implique na continuidade das condições que vivemos hoje.

Porém os docentes acharam inaceitável que a Comissão trabalhe sob a égide da maximização e acreditam que a nova proposta não deva ser o texto apresentado de maneira "remendada", mas que seja um texto que efetivamente trabalhe sob a perspectiva de uma desmaximização gradual, que se articule com uma real liberação de tempo para a pesquisa.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A diretora adjunta Nádya Dumara, disse ao **PUCviva** que a Faculdade deverá elaborar um documento que sistematize as discussões realizadas na última semana. A professora

lembrou que, dentro do tempo extremamente curto, a unidade fez o possível e que os pontos que mereceram reflexão mais profunda foram as especificações da pesquisa e as categorias de contrato de trabalho. A diretora preferiu não adiantar as conclusões substantivas do documento antes de sua redação final, mas um breve relato desse conteúdo está em nossa matéria de capa relatada pelos docentes que compareceram aos encontros.

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E DA SAÚDE

Em Sorocaba o Conselho Departamental se reuniu e, entre outras resoluções, julgou positiva a valorização dada à pesquisa no documento. Lamentaram porém que o tempo dedicado a esta modalidade seja por demais escasso, acreditando que deva ser maior. Por outro lado, os docentes daquele campus gostariam de ver incluída a residência médica no rol das atividades docentes.

FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA

Foi criado um grupo que pretende pontuar sugestões que serão entregues à Comissão do Consun. Porém os docentes daquela unidade pedirão mais prazo para a Comissão, pois julgam ser insuficiente o tempo para elaborar uma nova proposta. As maiores críticas, no entanto, foram feitas à manutenção da maximização, principalmente aos docentes que só se dedicam ao ensino.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

O diretor adjunto Luiz Augusto de Paula Souza, o Tuto, declarou que a avaliação da maioria dos docentes de sua unidade foi que a proposta é positiva e constitui-se, de uma maneira geral, em um avanço para a categoria. Ressaltou, porém, algumas das críticas feitas à tabela de contratos, especialmente para os professores de TP-30, que estariam sendo tratados desproporcionalmente em relação às demais categorias. Outros encaminhamentos foram no sentido de que a produção bibliográfica fosse considerada pesquisa. Ressaltou também algumas falas, que considerou minoritárias, no sentido de que a proposta prejudicaria sensivelmente a categoria de mestre, que não tem acesso à pesquisa.

FACULDADE DE DIREITO

A direção informou que enviou a proposta aos professores e que estará recolhendo contribuições dos docentes para a elaboração de um documento nos próximos dias.

FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Ao encerrarmos esta edição a FEA preparava um documento que seria encaminhado à Comissão. Em linhas gerais ele se pautava pelo princípio de que a proposta deveria contemplar o fim da maximização e, embora avalie-se como louvável a inclusão da pesquisa como item contratual, la-

mentava a exclusão dos mestres e a impossibilidade de se considerar os Trabalhos de Conclusão de Curso como hora atividade.

FACULDADE DE TEOLOGIA

A unidade estava realizando a sua reunião de Conselho Departamental na sexta-feira, 23/9, no encerramento desta edição

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A Faculdade de Ciências Sociais realizou uma reunião aberta, onde os docentes relataram os vários encontros em seus departamentos.

As posições mostraram-se divididas, enquanto alguns professores mostravam apoio à proposta, principalmente por considerar a inclusão da pesquisa como critério para regular os créditos, outros docentes questionavam o fato de que a extensão e, de certo modo a própria pesquisa, não estarem contempladas dentro do contrato de trabalho.

Outras críticas encaminharam-se às tabelas de horas atividade, que, em alguns casos, superam os próprios parâmetros da maximização.

Chamou a atenção de alguns docentes o fato de os Trabalhos de Conclusão de Curso manterem-se fora das horas atividades e também a Iniciação Científica, que impede a orientação de mestres.

Os questionamentos serão levados pela direção da faculdade à Comissão do Consun.

Seminário debate diversidade sexual

Os Centros Acadêmicos de Serviço Social e Ciências Sociais, em parceria com a APROPUC e o Coletivo 28 de junho, promoveram um seminário sobre a questão da diversidade sexual, no dia 22/9, com dois debates, um pela manhã e outra à noite. O evento também fez parte do calendário de comemoração dos 35 anos da APROPUC (veja mais na página 10).

No debate da manhã estiveram presentes Dimitri Salles, advogado e ex-coordenador de políticas públicas para a diversidade sexual do Estado de São Paulo; Wanderley Bressan, presidente da ONG Diversitas, de Taubão da Serra; e Cláudio Silva, biblioteconomista e militante do movimento LGBTQTT.

Em sua exposição Dimitri criticou o modo como a sexualidade é abordada na escola. Para ele, a questão é colocada somente pelo aspecto biológico. "Quando a professora aborda o ensino sexual nas escolas somente através da biologia, ela já exclui todas as outras formas de sexualidade que passam a ser consideradas anormais", constata.

Para Dimitri, isso já é uma forma de homofobia: "Ao tratar a sexualidade dessa forma, a escola ensina que apenas uma relação entre homem e mulher é natural e saudável, e isso, indiretamente, legitima a violência contra os homossexuais desde a formação básica", completa.

Cláudio Silva, por sua



Acima mesa de debates no período a noite, e a direita, Prof. Bia Abramides, intervindo no debate.

vez, lembrou da violência que os homossexuais sofrem cotidianamente devido à orientação sexual. "São diversos tipos de violência contra homossexuais, seja física, simbólica, psicológica ou emocional. Muitas lésbicas, por exemplo, são agredidas dentro de casa por familiares. Isso sem falar nos inúmeros casos de agressões a travestis", afirma.

Wanderley Bressan acrescentou ao lembrar que a cada dois dias um homossexual é morto no país, vítima de violência homofóbica. Ele defendeu que uma forma de combater isso é dar visibilidade ao tema. "As paradas que acontecem por todo o Brasil são muito importantes para levar o debate LGBTQTT para a sociedade", conclui.

DEBATE DA NOITE

O debate da noite reuniu Guilherme Almeida, professor da faculdade de Serviço Social da UERJ; Regina Facchini, pesqui-

sadora do núcleo Pagu, de estudos de gênero e professora da pós-graduação em Ciências Sociais da Unicamp; e Rodrigo Cruz, jornalista e militante do Coletivo 28 de Junho.

Regina abriu os debates da mesa expondo uma pesquisa realizada pelo grupo Pagu sobre violência a homossexuais no Brasil. De acordo com ela, "a violência independe da pessoa ser ou não homossexual. Ela é vítima de opressão simplesmente por ter traços que supostamente são um padrão entre os homossexuais".

Em seguida, Guilherme abordou o tema do transexualismo e como ela é vista em nossa sociedade. "Infelizmente a transexualidade é vista como uma doença, que deve ser tratada. Muitos anos atrás era com choque elétrico. Hoje é possível fazer uma cirurgia no SUS, mas esse viés de ver a transexualidade como doença permanece intacto", afirmou.

Para ele, o transexual que quer fazer a cirurgia pre-

cisa estar dentro de um padrão psicológico que o enquadrava como doente. "Se o transexual tem um filho, ou uma vida sexual satisfatória, por exemplo, ele muito provavelmente não conseguirá a cirurgia porque não é 'doente'".

Para o jornalista Rodrigo Cruz, o movimento LGBTQTT tem que ter que um viés anticapitalista, pois para ele não é possível superar as opressões dentro desse modelo de vida. "A nossa luta questiona princípios fundamentais do capitalismo, como a família, e por consequência a propriedade. Enquanto não conseguirmos superar esse sistema a opressão continuará caindo sobre nós", afirma.

Ele lembrou ainda do aumento dos casos de homofobia na Europa. Para Rodrigo Cruz isso é fruto da crise econômica. "A crise econômica abriu espaço para partidos de ultra direita com um discurso fascista de extermínio do diferente, onde para eles se enquadrava o homossexual", concluiu.

A luta antidrogas visa grupos sociais específicos

Entrevista a Noam Chomsky

A raiz do "problema das drogas" está nos Estados Unidos e não no México, e as estratégias de ambos os países não podem resolver o problema, afirmou o linguista estadunidense Noam Chomsky.

Em entrevista à revista cibernética Guernica, dos EUA, o pensador declarou: "O problema das drogas está nos EUA, não no México. É um problema de demanda e precisa ser tratado aqui, mas isso não é feito. Provou-se uma e outra vez que a prevenção e o tratamento são muito mais efetivos do que a ação policial, as operações fora do país, o controle fronteiriço e muito mais.

Mas o dinheiro vai em outra direção e nunca tem impacto. Quando os líderes aplicam durante décadas políticas que não têm consequências para os fins indicados e são muito caras, é preciso saber se eles estão dizendo a verdade e se essas políticas são para outro alvo, porque elas não reduzem o uso de drogas".

Chomsky questiona por que são aplicadas essas políticas ineficazes e dispendiosas embora se saiba que há outras mais eficazes e mais baratas. "Há apenas duas respostas possíveis: ou todos os líderes são coletivamente insanos, o que podemos descartar, ou simplesmente temos que buscar outros objetivos. No exterior é uma campanha de contra-insur-

gência, em casa, uma maneira de se livrar de uma população supérflua, há uma correlação muito estreita de raça e classe, não perfeita, mas quase: na verdade, os homens negros estão sendo jogados fora. Na Colômbia, chamam de limpeza social. Aqui nós simplesmente dizemos que é colocá-los na prisão".

Ele disse que o aumento maciço do encarceramento, especialmente entre os afroamericanos e latinos, é devido à chamada guerra contra as drogas na América, mas tem raízes em uma longa história de controle e escravização, tanto formal como através do sistema de justiça criminal contra os negros.

Enfatizou também que as consequências dessas políticas "são significativas para os centros de poder: empreender operações de contra-insurgência na Colômbia e em outros lugares, e limpeza social aqui, na tradicional maneira estadunidense. Está tudo muito claro".

Chomsky acredita que a outra parte do problema são as armas. "Onde os cartéis de drogas conseguem suas armas? Elas são fornecidas pelos Estados Unidos. Se você cortar o fluxo de armas não iria acabar com a violência, mas teria um grande efeito. Se os cartéis no México querem rifles de assalto, buscam no Arizona".

Questionado sobre as opções disponíveis para o governo de o México enfrentar a violência e se seria justificável a suspensão de garantias para restaurar a ordem em áreas como Ciudad Juarez, Chomsky disse: "Primeiro é preciso perguntar o que o governo do México está tentando fazer, e que é um pouco opaco. Parece que em algum grau apoiam dos cartéis contra os outros. Se é isso que está tentando fazer, não há justificativa".

"Mas se você quer parar o negócio da droga, acho que se sabe como proceder, e não é com ação militar: você tem que ir ao cerne da questão. Parte da resposta foi dada na declaração dos ex-presidentes (Ernesto) Zedillo, (Fernando Henrique) Cardoso e (Cesar) Gaviria: alguns anos atrás apresentaram um relatório que propunha que a criminalização das drogas só aumentou o problema e que algumas devem ser legalizadas, como o álcool, e regulamentadas. Isso é parte do assunto, mas a questão de fundo está aqui nos Estados Unidos".

Na entrevista, Chomsky disse que se reuniu com repórteres e editores de *La jornada*, com quem discutiu, entre outras coisas, o perigo enfrentado pelos jornalistas ao tentarem abranger a questão do tráfico de drogas e a inevitável autocensura. Ele explicou que falaram sobre relatórios que abordam o

problema e inclusive sobre a grande quantidade de negócios no México que estão de alguma forma envolvidos com o tráfico de drogas. "Quando alguém publica coisas assim e as investiga, está ameaçando os centros de poder na sociedade mexicana, que não desejam ser expostos. Se podem usar pistoleiros para pará-lo, eles o farão".

Ele disse que há cada vez mais áreas no norte do México protegidas por criminosos e forças de segurança, e que áreas antes dedicadas à agricultura são hoje parte do negócio ilegal. Destacou ainda um relatório de *La Jornada* revelando que os economistas da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) estimam que a renda real dos trabalhadores caiu drasticamente como resultado das políticas econômicas do governo de Felipe Calderón. Por isso, "o México tem opções limitadas", no que tange ao problema das drogas, "já que o cheffão da máfia está aqui, do outro lado".

Chomsky considera que o problema está ligado a uma série de políticas em ambos os países e que, nos Estados Unidos, nos últimos 30 anos, a promoção do setor financeiro da economia e a destruição do sistema produtivo fizeram com que os rendimentos reais estagnas-

continuação da página anterior

COMUNIDADE DEBATE O FECHAMENTO DA PUC-SP

Janelas abertas

sem para a maioria da população. "Tem o mesmo efeito que o neoliberalismo no México, de forma menos aguda, mas similar."

Isso tende a confirmar que, da mesma forma que acontece com as políticas de drogas, "os governos não servem aos seus cidadãos; trabalham para suas estruturas", que são principalmente formadas por membros do setor financeiro.

Perguntado se de alguma maneira se opunha à ideia de um país soberano como os Estados Unidos para tomar as medidas necessárias para deter e deportar imigrantes ilegais, Chomsky disse: "É uma questão interessante essa nos EUA, onde todos são imigrantes ilegais, exceto aqueles que vivem em reservas indígenas." Ele disse que tudo depende do que você está falando. "Se alguém se diz 'campeão do livre mercado', então deve estar a favor da livre circulação dos trabalhadores. Segundo Adam Smith, não se pode ter livre mercado sem isso".

Tradução Coletivo DAR - Desentorpecendo a Razão (www.coletivodar.org). Íntegra da entrevista em www.chomsky.info/interviews/20110815.htm

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol)

Vivemos uma época do instantâneo, do rápido, da comunicação eletrônica e das respostas ligeiras sem muito tempo para maturação e reflexão.

A universidade não está imune a esse traço de uma época de instantâneas *windows*. No entanto, ela segue sendo um espaço para pesquisa, discussão e problematização das questões relativas à existência de cada um e dos problemas que rondam ou afligem a sociedade. E estes se renovam a cada instante, surpreendendo até mesmo com a proposta de supressão de condutas criminalizáveis.

A PUC-SP é uma grande universidade exatamente porque nunca deixou de enfrentar os tempos e os espaços em que vivemos. Quando esses tempos eram de repressões, cassações e perseguições, seus professores, estudantes, funcionários e reitoria souberam dar repostas inventivas e firmes que favoreceram a liberdade, não apenas da chamada comunidade puquiiana, inovando seu espaço e

também o brasileiro.

Hoje, quando a cidade se desdobra em marchas de toda ordem, a PUC-SP não pode fechar suas portas e janelas. É preciso estar firme, atenta e corajosa para enfrentar, não mais os sinistros tempos de repressão, mas essa macabra época que diz ser tudo possível sob o signo da proibição e das penas.

Se a universidade moderna é o castelo da crítica, o lugar onde pensar livremente é a condição para o avanço de homens e mulheres, ela deve também ter a liberdade para que toda sorte de temas e problemas

A PUC-SP é uma grande universidade exatamente porque nunca deixou de enfrentar os tempos e os espaços em que vivemos. Quando esses tempos eram de repressões, cassações e perseguições, seus professores, estudantes, funcionários e reitoria souberam dar repostas inventivas e firmes.

com base na Lei Falcão, que proibia reunião de estudantes. Esta lei foi rechaçada pela comunidade. Se a festa anunciada era para saudar coisa que ainda está proibida é conveniente lembrar que, hoje em dia, muitas personalidades públicas de expressão se manifestam favoráveis à sua descriminalização. Não há lei que não deva ser modificada ou suprimida, assim como a escrota Lei Falcão. Não há lei que antecipe a história!

Hoje, a PUC-SP fecha as portas, receosa de um debate sobre a descriminalização da maconha, incomodada com as festas de seus estudantes e seus parceiros. As universidades estatais há muito tempo estão tristemente tomadas pelos policiais fardados em seus campi, tentando estrangular incômodos que permanecem.

O que move a PUC-SP é o gosto pela liberdade!

A contenção, a proibição e o medo da liberdade não fizeram da PUC-SP um lugar potente e nunca produziram nada interessante para ninguém!

Núcleo de Sociabilidade Libertária - www.nu-sol.org



A PUC perdeu

Daniel Henrique Alves

Na quinta-feira, dia 15 de setembro, li a notícia que já esperava há tempos. Era a crônica da morte anunciada, como diriam alguns. O reitor Dirceu de Mello suspendeu as atividades acadêmicas e administrativas do campus Monte Alegre, em virtude do 1º Festival de Cultura Canábica, que seria realizado exatamente na face da reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, esta que um dia teve, entre outros, Dom Paulo Evaristo Arns, Oswaldo Aranha e Nadir Kfoury como reitores.

Como aluno de Relações Internacionais do último semestre, não me surpreende o fato de um festival ter provocado o cancelamento das aulas - que já estão pagas. Neste semestre minha turma perdeu um mês de aula porque nossa professora de antropologia decidiu recusar - com razão - dar aulas a uma classe de 67 alunos em uma sala em que cabem no máximo 40. Ainda, desde o meu primeiro semestre, nosso curso viu nossos conceituados professores Cláudio Couto, Rogério Arantes, Bruno Dallari e Vitor Marchetti partirem da PUC-SP para empregos melhores. Nosso curso também viu as estrelas do Guia do Estudante diminuir, mesmo com nossos bravos coordenadores, Flávia de Campos Mello e Paulo Pereira, se desdobrando e fazendo mais do que lhes era possível.

Mas a PUC-SP não perdeu por causa da desorganização, da falta de recursos ou das consequências das refor-



Nunca me esqueço do professor Oliveiros Ferreira falando para nossa classe antes do segundo turno das eleições de 2010: esta geração que está no poder está envelhecendo, a PUC-SP, nossa universidade que é considerada de vanguarda, ela apresentará à sociedade brasileira nossos novos líderes que são vocês! A vanguarda puquiãna pode até permanecer. Porém, se as coisas permanecerem como estão, isto será um sinal de que o futuro do Brasil estará em péssimas mãos.



mas que maximizaram os contratos dos professores. A PUC-SP perdeu porque professores gabaritados e que são reconhecidos nacionalmente entre seus pares viraram motivos de piada para alunos. A PUC-SP perdeu porque a APROPUC e AFAPUC reclamam de tudo, mas nunca reclamaram do barulho terrível das festas dos alunos que acaba com todas as aulas de segunda a sexta-feira. Nunca presenciei alunos ou os sindicatos reclamarem que na nossa biblioteca - que leva o nome da reitora Nadir - faltam livros básicos. Nunca vi uma manifestação dos alunos ou dos sindicatos contra os assaltos frequentes no entorno e dentro da própria PUC-SP.

Quem é a comunidade puquiãna que a reitoria, os sindicatos e os alunos defendem? A reitoria e os sindicatos se amassam em uma distribuição de cargos e se enrolam em cabides de empregos, que acabam por gerar a pior qualidade de serviços que eu já tive na vida. De cada dez notícias sobre a PUC que saem na

grande imprensa, nove são sobre corrupção, falcaturas ou, simplesmente, benesses concedidas à universidade pelos aliados governistas.

Os alunos? Bom, já está claro que estes desistiram há tempos. Afinal, a agenda de lutas dos estudantes da PUC hoje é baseada em interesses partidários e/ou sindicalistas, de forma que o que acontece dentro da universidade é, invariavelmente, motivo de festa - chamado aqui em Perdizes de manifestação - quando, na verdade, o que acontece na universidade deveria ser encarado de maneira séria.

Pois bem, mas se a polícia são os ladrões, os políticos são os falsários, os sindicatos são os censores... O que são os estudantes? Os estudantes são nada. Os estudantes não sabem reivindicar, não sabem o que querem, não sabe onde vão. Só sabem se organizar para festas - chamados aqui na PUC de manifestações -, embora não saibam escolher os lugares, afinal: "Festival da Cultura Canábica" dentro do campus em horário de aula? De que mundo vocês vieram?

Mas me digam: quando, neste país, a PUC-SP foi or-

ganizada, a polícia foi confiável, os políticos foram honestos ou os sindicatos da PUC-SP defenderam a coletividade? Nunca! O que muda é que antes os estudantes pensavam e, portanto, eles mudavam as coisas para melhor. Os estudantes estudavam, exigiam aulas de qualidade. Antes os estudantes também entendiam que sem ordem não há liberdade. Os estudantes defendiam uma PUC melhor para todos e não apenas uma PUC com mais eleitores para o partido A ou B.

Uma vez que os estudantes deixaram de valorizar seus mestres, deixaram de pensar a instituição ideal e deixaram de buscá-la... Uma vez que os estudantes deixaram de estudar e deixaram de exigir livros e professores qualificados... Quando os próprios estudantes fizeram a PUC-SP parar... Quando os estudantes perderam até a base comum que era a educação acima de tudo... Quando se perdeu o significado de manifestação...

Nunca me esqueço do professor Oliveiros Ferreira falando para nossa classe antes do segundo turno das eleições de 2010: esta geração que está no poder está envelhecendo, a PUC-SP, nossa universidade que é considerada de vanguarda, ela apresentará à sociedade brasileira nossos novos líderes que são vocês!

A vanguarda puquiãna pode até permanecer. Porém, se as coisas permanecerem como estão, isto será um sinal de que o futuro do Brasil estará em péssimas mãos.

Daniel Henrique Alves é aluno do curso de Relações Internacionais

COMUNIDADE DEBATE O FECHAMENTO DA PUC-SP

O reitor Dr. Dirceu de Mello fez o que a Dra Nadir Kfourri resistiu!

Na última sexta-feira fomos surpreendidos com um documento assinado pela reitoria suspendendo todas as atividades da Universidade no campus Monte Alegre. Documento este com um tom alarmista e repressor, onde se anunciava um evento com o título I Festival da Cultura Canábica, que se realizaria na sexta feira, dia 16/9, nas dependências da PUC-SP.

A reitoria de forma covarde e autoritária em lugar de procurar professores e alunos

para conhecer a veracidade dos fatos resolveu acreditar na polícia e nas redes sociais na internet e tomar a pior das decisões: suspender as aulas, fechar a Universidade, cercá-la por policiais e sair correndo para suas casas. Pois logo após tomarmos conhecimento da decisão, dirigimo-nos à reitoria, num pequeno número de professores e alunos, e soubemos que não havia ninguém para nos dar qualquer esclarecimento.

Além de inteiramente antidemocrática a informação e a atitude tomada pela reitoria, só serviu para colocar nossa Universidade nas páginas policiais prejudicando nossa imagem. Ao que parece as seis mil pessoas que pelas redes sociais na internet e pela polícia afirmaram que estariam presentes no evento não incluíam os alunos desta Universidade que não foram consultados nem pela reitoria nem pelos organizadores da festa (caso houvesse mesmo a tal festa).

Nós, estudantes e professores do Curso de Serviço Social da PUC-SP, repudiamos a posição da reitoria desta Universidade em suspender as aulas, colocando em risco nossa segurança, nos privando do nosso direito de ter aulas e de trabalhar, bem como sendo responsável pelos enormes prejuízos à nossa imagem de Universidade séria, crítica e democrática.

Alunos e professores do Serviço Social

FALA COMUNIDADE

Direitos Humanos: demasiado humano?

Liliana Del Claro

A dignidade da pessoa humana atua como o princípio constitucional fundamental do Estado brasileiro, de modo a figurar como o valor supremo da ordem jurídica. A Constituição Federal de 1988 o eleva, portanto, em seu artigo 1º, inciso III, à condição de fundamento da República Federativa do Brasil.

O princípio da dignidade da pessoa humana está, assim, na base de todos os direitos constitucionais consagrados. Sejam direitos e liberdades tradicionais; direitos de participação política; direitos sociais; direitos dos trabalhadores e direitos às prestações sociais, dentre outros.

Diante disso, será esse valor supremo produto da própria condição da humanidade?

Apesar das mudanças sofridas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos, tendo este se transformado em um Estado Democráti-

co de Direito, passando da condição de omissão à proclamação de compromissos solenes, com acolhimento da dignidade da pessoa humana como um direito fundamental, visando a estabelecer políticas públicas destinadas a eliminar desigualdades sociais. Não obstante, ainda na contemporaneidade, não há ainda um pleno desenvolvimento de nossa sociedade. Prova disso são as condições materiais das classes populares que não são atendidas, apesar de a lei ditar a igualdade como um padrão que deve atingir a todos os seres humanos.

Onde há, portanto, de fato, a consolidação desse valor supremo?

Não se pode mais pensar a Constituição apenas como uma forma de garantir a existência e os limites do Estado. Há de ser, também, um documento que reflita os anseios da sociedade, em que os direitos fundamentais

inerentes à pessoa estejam previstos e assegurados.

Compete, portanto, ao Estado, a obrigação precípua da promoção da dignidade da pessoa humana, de maneira que esta se consagre como contraponto ao formalismo jurídico, em que o aplicador do direito deva buscar, fundamentalmente, a justiça, não se deixando influenciar apenas pela literalidade da norma. Mas também a sociedade tem que fazer a sua parte para que haja efetividade do direito constitucional.

Historicamente, a excelência do ser humano no mundo foi justificada pelas perspectivas religiosa, filosófica e científica. Neste sentido, a dignidade da pessoa humana é a mola propulsora da humanidade, enquanto condição intrínseca do ser humano e, ao mesmo tempo, valor-fonte, reconhecido em todo nosso ordenamento jurídico e, como tal, é o caminho a ser percorrido pelos aplicadores do direito, na busca da valorização do ser humano no âmbito jurídico.

Nesse aspecto, não há de se pensar de outra forma, pois vivemos em um Estado Democrático de Direito.

A democracia nada mais é do que o respeito absoluto à pessoa humana, com todas as suas características essenciais: igualdade, liberdade, fraternidade e, sobretudo, dignidade. O processo democrático compreende uma sociedade aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo, respeitando sempre o ser humano em sua integridade.

Assim sendo, cabe a nós, enquanto seres humanos, a busca incessante à nossa integridade, fazendo-nos valer sempre daquilo que nos torna "humano, demasiado humano": a nossa dignidade

Liliana Del Claro (lilidelclaro@hotmail.com) é aluna da Faculdade de Direito. O artigo acima foi produzido a partir das aulas do Professor Lafayette Pozzoli

MOVIMENTOS SOCIAIS

Presos acusados do assassinato de José Cláudio e Maria do Espírito Santo

Foram presos no domingo, 18/9, dois homens acusados de envolvimento no assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo Ribeiro, mortos em maio deste ano, no município de Nova Ipixuna, no Pará.

Os presos são José Rodrigues Moreira, considerado o mandante do crime, e seu irmão, Lindonjonson Silva Rocha, que estavam foragidos há quase dois meses, desde que a justiça decretou a prisão preventiva deles.

A polícia apreendeu a motocicleta utilizada no crime, além de diversas

armas na residência dos irmãos e ainda está a procura do terceiro acusado do crime, Alberto Lopes Nascimento, que seria outro pistoleiro. O casal foi assassinado a tiros e o motivo foi, mais uma vez, o conflito de terras na região norte do país.

As denúncias de ameaçados de morte na região vêm aumentando a cada dia, e pedidos de proteção, seja de órgãos institucionais ou movimentos sociais, crescem cotidianamente. A família de José Cláudio e Maria do Espírito Santo continua sendo ameaçada.

Na última semana, o Ministério Público Federal pediu à Polícia Federal que proteja os servidores do Incra, que hoje trabalham em Anapu (PA). Os funcionários estão sendo ameaçados depois que começaram a fazer revisão das terras que passaram por reforma agrária e para evitar que madeireiros e grileiros continuem a ameaçar os assentados. Na cidade fica o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Esperança, que foi liderado pela missionária Dorothy Stang, assassinada em 2005.

Evento debate a reorganização das cidades com os megaeventos

O Tribunal Popular organizou um debate para discutir o tema "A reorganização das cidades a partir das grandes obras e megaeventos na perspectiva de favorecer o fluxo de capitais". O evento acontece no dia 26/9, a partir das 19h30, no Espaço Cultural Latino Americano (ECLA) - Rua da Abolição, 244, Bixiga.

O debate, que contará com a presença da urbanista Mariana Fix e de Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, é um preparatório para o Tribunal Popular da Terra que acontecerá em dezembro deste ano e discutirá o papel do Estado na promoção da violência no campo.

Funcionários da Unicamp são obrigados a lavar 5 mil bandejas

Um funcionário terceirizado do Restaurante Universitário da Unicamp denunciou que a empresa que presta serviços à universidade obrigou os funcionários a lavar cerca de 5 mil bandejas, pois a máquina que faz o serviço quebrou por falta de manutenção.

Em nota, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) afirmou que "o funcionário que denunciou o que estava acontecendo foi imediatamente transferido e os demais estão sendo proibidos de se organizar por melhores condições de trabalho".

Diversas universidades têm terceirizado serviços essenciais, como transporte, segurança e alimentação. Tal medida precariza ainda mais o trabalho, como pode ser comprovado com a denúncia na Unicamp e com as diversas denúncias que chegaram ao *PUCviva* desde que os serviços de limpeza e segurança foram terceirizados na universidade. As acusações vão de assédio moral, passando por atraso no pagamento de salários e vale-refeição até ausência de materiais necessários para a realização do trabalho.

Deputados aprovam comissão da verdade; entidades criticam

O projeto que cria a chamada Comissão da Verdade foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 21/9. Caso seja aprovada pelo Senado, e sancionado pela presidente Dilma Rousseff, a comissão será composta por sete membros, indicados pela presidência, e terá um prazo de dois anos para apurar os crimes contra os Direitos Humanos praticados no Brasil entre os anos de 1946 e 1988.

Diversas entidades ligadas à luta por Direitos Humanos criticaram o projeto, pois ele não prevê punições para os torturadores.

Além disso, os parentes de desaparecidos políticos e entidades que lutam contra a tortura não participaram da Comissão, composta por pessoas supostamente neutras.

O tempo de trabalho dado à comissão também foi questionado, pois acredita-se que dois anos é um tempo muito escasso para investigar um período grande e repleto de denúncias.

Durante a semana, familiares de vítimas da Ditadura Militar percorreram gabinetes de deputados para pressionar que houvesse mudanças no projeto, mas não tiveram sucesso.

ROLA NA RAMPA

APROPUC comemora 35 anos com sarau musical

Nesta sexta-feira, 30/9, às 19h30, na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, acontece um sarau musical em comemoração ao aniversário da entidade. Fundada em 26 de setembro de 1976, a APROPUC festeja seus 35 de existência convidando a comunidade a assistir um show musical que reunirá o grupo Casa Forte Trio, a professora Lucila Tragtenberg, o professor da FEA Arnaldo Nogueira e a aluna Érica Pereira, de Artes do Corpo, juntamente com o violonista Gabriel Nascimento. Este sarau dará início a um projeto mensal da APROPUC que ocorrerá sempre na úl-

tima sexta-feira do mês reunindo músicos e poetas da PUC-SP para um encontro na sede da entidade. Ainda em comemoração ao seu aniversário, a entidade prepara para o dia 19/10 o lançamento da *Revista Cultura Crítica* abordando as obras de Noel Rosa e Adoniran Barbosa, seguido por outro show musical. No dia 27/10 será a vez do lançamento da 2ª edição da *Revista PUCviva* sobre a Comuna de Paris. Por fim, como atividade permanente a APROPUC realiza toda terça-feira às 17h a reunião da Rede de Proteção aos Lutadores dos Direitos Humanos no Brasil.

Estudantes de Economia querem Estatuinte já!

Nos andares que abrigam os cursos da FEA PUC-SP pode se perceber uma novidade: diversos cartazes convocando uma "Estatuinte já". O grupo Rugido do Leão, composto por estudantes da FEA, está coordenando uma campanha para que seja convocada uma assembleia para rever o estatuto do Centro Acadêmico Leão XIII. De acordo com o estatuto, apenas o presidente do CA ou a assinatura de 20% dos estudantes da FEA (cerca de 1200 estudantes) podem convocar uma assembleia com esse caráter. A atual gestão do CA tinha como promessa de campanha convocar essa assembleia, porém faltando alguns meses para o término do período letivo ainda não realizou-a. Os estudantes reivindicam essa mudança

por considerem uma série de artigos do estatuto prejudiciais à participação dos estudantes no CA, e até mesmo como uma maneira hierárquica e anti-democrática de gerí-lo. As maiores reivindicações são em relação à proibição de estudantes primeiro-anistas concorrerem a cargos nas eleições do CA, ao sistema carguista de chapas e a impossibilidade de discordar do CA fora de uma assembleia. Passagens em sala para divulgar a campanha estão sendo realizadas e caso o presidente do CA não convoque a Estatuinte os estudantes realizarão a coleta dessas assinaturas, não apenas chamando a Estatuinte, mas já indicando se os estudantes acham necessário rever esses pontos do estatuto.

Frente Feminista da PUC-SP realiza debates sobre a Legalização do Aborto

Em razão do dia Latino Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto, dia 28/9, a Frente Feminista da PUC-SP, composta por mulheres estudantes de diversos cursos, além de Coletivos Feministas auto-organizados também da universidade, realizará uma série de atividades para debater o tema. O aborto hoje é a terceira causa de morte materna no Brasil e, de acordo com dados do SUS, a curetagem é a cirurgia mais realizada. Somente na América Latina, anualmente são realizados cerca de 6 milhões de abortos. Na terça-feira, 27/9, às 11h, no Museu da Cultura, será realizada uma

roda de conversa sobre Sexualidade, com o Coletivo Feminista Yabá. No mesmo dia, às 19h, haverá uma mesa, com o tema "Conjuntura Brasileira e Legalização do Aborto". Na quarta-feira, 28/9, às 12h, a Frente convida a todos para uma panfletagem da Frente Nacional pela Legalização do Aborto, em frente ao Teatro Municipal, no centro da cidade. A Frente reivindica "Educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar e aborto seguro e legal para não morrer". Encerrando o ciclo de debates, na quarta-feira, 28/9, uma festa pela Legalização do Aborto acontecerá a partir das 22h na PUC-SP.

Semana de RI

Começa nesta segunda-feira, 26/9, a IX Semana de Relações Internacionais da PUC-SP, com o tema "Os Debates Contemporâneos nas Relações Internacionais". Os debates são diversos e se iniciarão com a conferência: "Humanitarismo - as transformações das práticas humanitárias". Mesas como "Oriente Médio:

entre o choque de civilizações e a geopolítica" e "Crise Internacional: resposta dos atores e desafios globais" fazem parte da programação, que se encerra na sexta-feira, 30/9, às 14h, com o debate "Com os olhos no mundo: o correspondente internacional". Todas as atividades acontecem no auditório 239.

Atendimento da AFAPUC

A Associação dos Funcionários da PUC-SP (AFAPUC) informa aos funcionários que estará atendendo em regime de plantão de segunda à sexta-feira, das 14h às 16h, até a contratação de novo funcionário. Em virtude da demolição de sua sede na Faficla, a AFAPUC se encontra temporariamente no 7º andar da Fundação São Paulo, Rua João Ramalho, 182, no telefone 3670-3391.

DCI da PUC-SP é premiada

A Divisão de Comunicação Institucional da PUC-SP (DCI) foi apontada como a melhor assessoria de imprensa do Brasil na área de Educação. Esse resultado foi através de uma pesquisa, em que 25 mil profissionais de comunicação de internet, TV, revista, jornal e rádio de todo o país foram consultados com perguntas sobre "As Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas."